



COMUNICADO

CIP E PARCEIROS REFORÇAM CAPACIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A ANÁLISE ORÇAMENTAL E O RASTREIO DAS DESPESAS PÚBLICAS

Nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2026, a International Budget Partnership (IBP), em parceria com o Centro de Integridade Pública (CIP), o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) representado pelo Observatório Cidadão para Saúde (OCS), com o apoio do UNICEF, realizaram, no Hotel Montebelo Girassol, em Maputo, uma formação sobre análise do orçamento público e estratégias de incidência. A iniciativa reuniu mais de 35 participantes de diferentes organizações e plataformas da sociedade civil.

A formação teve como objectivo fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil para compreender e analisar o orçamento público, relacionando as decisões sobre a afectação de recursos com as prioridades dos sectores em que intervêm, incluindo saúde, educação, agricultura, saneamento, cultura, género e direitos da criança. Pretendeu, igualmente, reforçar a capacidade de identificar oportunidades de participação e de influenciar, com base em evidências, as decisões sobre os recursos públicos.

Ao longo dos dois dias, foram abordados o funcionamento do ciclo orçamental em Moçambique e as responsabilidades dos seus principais intervenientes, os mecanismos de participação pública, experiências internacionais de incidência e a auditoria social. A componente prática incluiu instrumentos de análise orçamental, nomeadamente o peso das despesas no orçamento, a despesa per capita, a evolução histórica dos gastos e o ajustamento dos valores pela inflação, bem como a produção de informação para a intervenção nas diferentes etapas do ciclo orçamental.

O CIP conduziu uma sessão dedicada ao rastreio das despesas públicas, destacando a importância de acompanhar os recursos desde a sua afectação orçamental até à execução e à prestação de serviços. Foram salientadas a análise de documentos oficiais, a verificação das evidências no terreno e a confrontação das informações recolhidas com as entidades responsáveis, enquanto procedimentos essenciais para uma monitoria da despesa pública baseada em evidências.

A iniciativa procura dotar as organizações participantes de instrumentos para acompanhar a execução orçamental e desenvolver acções de advocacia orientadas para uma melhor utilização dos recursos públicos. O reforço destas capacidades contribui para uma intervenção mais informada da sociedade civil na promoção da transparência orçamental, da participação pública e da prestação de contas.